

Governo bloqueia mais R\$ 6 bi e prevê déficit no limite do arcabouço**Governo bloqueia R\$ 6 bi e vê déficit no limite**

Aumento de R\$ 7,7 bi em gastos com a Previdência levará contenção total de despesas a subir para R\$ 19,3 bi. Ministério do Planejamento prevê que rombo nas contas feche o ano a apenas R\$ 18,9 milhões do máximo permitido pelo arcabouço fiscal

THAIS BARCELLOS
thais.barcellos@globo.com
 mídia

O governo federal bloqueou mais R\$ 6 bilhões do Orçamento deste ano, conforme apontou o último relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, divulgado no fim da noite de ontem pelo Ministério do Planejamento. O detalhamento das áreas atingidas será divulgado no próximo dia 30. O total de recursos congelados para cumprir as regras fiscais em 2024 agora soma R\$ 19,3 bilhões — até setembro, eram R\$ 13,3 bilhões — um pouco menos de 10% do total das despesas não obrigatórias totais do Executivo.

O relatório também atualiza a projeção para o déficit federal neste ano, que foi para R\$ 28,73 bilhões, contra R\$ 28,3 bilhões até setembro. A meta é de resultado zero, com intervalo de tolerância de até 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB), ou R\$ 28,8 bilhões. Assim, governo prevê fechar o ano com déficit próximo ao limite previsto no arcabouço fiscal. A diferença é de apenas R\$ 18,9 milhões, segundo o governo, porque há arredondamento.

O déficit "real", na prática, é maior. Isso porque o governo tira da conta despesas autorizadas pelo Congresso

Nacional, como as decorrentes das chuvas no Rio Grande do Sul e para combater incêndios. Também sai da conta parte das despesas com precatórios (dívidas judiciais) por conta de uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Dessa forma, o déficit total para o ano é estimado em R\$ 65,3 bilhões — R\$ 3,5 bilhões a menos que o previsto anteriormente.

Mais uma vez, o aumento do bloqueio foi necessário para não estourar o limite de gastos devido ao crescimento maior do que o esperado de despesas obrigatórias, como os benefícios previdenciários e assistenciais, que estão na mira do pacote que deve ser anunciado pelo governo na semana que vem.

ALÍVIO COM PESSOAL

Segundo nota divulgada à imprensa pelo Planejamento, houve aumento de R\$ 7,7 bilhões na estimativa de gastos com benefícios previdenciários, devido ao comportamento da despesa no bimestre de setembro e outubro.

O relatório destaca ainda que o efeito do pente-fino nos gastos do INSS ficou aquém do esperado. Para este ano, a previsão era de economia de R\$ 6,8 bilhões, R\$ 3,7 bilhões com o uso do Attestmed — concessão de



Cortes esperados. Segundo o ministro Fernando Haddad, o objetivo do pacote é dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal

por análise documental — e o restante, principalmente, com a reavaliação dos benefícios por incapacidade.

A previsão para o Benefício de Prestação Continuada (BPC) subiu bem menos, R\$ 612 milhões. O Planejamento destacou que a expansão foi parcialmente compensada pela redução na projeção para despesas com pessoal, de R\$ 1,9 bilhão.

Os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e da Fazenda, Fernando Haddad, já haviam adiantado que o bloqueio seria da ordem de R\$

5 bilhões. O resultado ficou dentro do esperado pelo mercado financeiro.

“O ano corrente, portanto, deve se encerrar com a meta fiscal cumprida”, afirma o relatório.

O economista Tiago Sharlotto, da XP Investimentos, esperava um bloqueio adicional menor:

— Parece uma postura mais conservadora da equipe econômica. Isso é positivo, por um lado. Por outro, mostra que as medidas de contenção de despesas na Previdência não tiveram o

efeito esperado.

Com o Orçamento de 2024 praticamente resolvido, os olhos de analistas e do próprio governo se voltam para o ano que vem. A meta para 2025 também é zero. O Orçamento apresentado pela equipe econômica conta com um audacioso pacote de receitas extras, já contestado, em parte, por líderes do Congresso.

No lado das despesas, o governo já anunciou um pente-fino em programas sociais de R\$ 25,9 bilhões e deve divulgar o tão esperado pacote pa-

ra conter o crescimento dos gastos obrigatórios no início da semana que vem, após um mês de discussões com os ministros atingidos. Segundo interlocutores, o impacto deve ser de cerca de R\$ 70 bilhões em dois anos.

CRESCIMENTO DE GASTOS

O ministro da Fazenda afirma que o objetivo do pacote é dar sustentabilidade ao arcabouço fiscal no médio e longo prazo, adequando a expansão de despesas obrigatórias à regra que atualiza o limite de gastos. O teto tem reajuste real entre 0,6% e 2,5% todo ano.

Figuram entre as medidas discutidas mudanças na política de valorização do salário mínimo, nas regras de concessão do abono salarial e do seguro-desemprego, além de um novo pente-fino no Bolsa Família e no Benefício de Prestação Continuada (BPC, pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda). Há também debates sobre a indexação dos países de Saúde e Educação. Os militares devem contribuir com quatro medidas, cujo impacto é de cerca de R\$ 2 bilhões anuais.

— É fundamental que os dois objetivos sejam alcançados: cortes relevantes para 2025 e sustentabilidade da regra, com melhora das perspectivas para a trajetória da dívida.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Educação **Página:** 15